

Educação para a diferença e a equidade: boas práticas na fruição cultural das pessoas com deficiência e incapacidade

Cláudia Martins

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança & Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro

Resumo

O período após a II Guerra Mundial foi determinante em questões de direitos humanos: a partir de 1945, mas, de forma mais decisiva, em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este será o ponto de partida para a apresentação da história recente de uma panóplia de documentos internacionais que contribuíram para a paulatina mudança de paradigma relativamente à deficiência e incapacidade: do modelo médico-clínico e do paradigma assistencialista transitou-se para o paradigma inclusivo. Pretende-se, assim, explorar os contributos que este novo paradigma acarretou para a igualdade de oportunidades na fruição cultural das pessoas com deficiência e incapacidade. Esta fruição cultural, inscrita e assegurada pela Constituição da República Portuguesa, pode compreender diversos espaços de lazer, tais como cinemas, teatros, museus e galerias de arte, espaços históricos, religiosos, desportivos, entre outros. É neste sentido que o conceito de inclusão é concretizado em diferentes práticas de acessibilidade a partir da década de 1990. No entanto, quando se discute a equidade no acesso das pessoas com deficiência e incapacidade, este é frequentemente restringido à acessibilidade física, negligenciando outras dimensões da acessibilidade, particularmente a acessibilidade sensorial, ou seja, o acesso das pessoas surdas ou com incapacidade auditiva, por um lado, e as pessoas cegas ou com baixa visão, por outro. A recolha de exemplos de boas práticas desenvolvidas em instituições de cariz cultural, tanto ao nível internacional como nacional permite concluir que a igualdade de oportunidades destes grupos não exige um investimento incomportável e injustificável (ideia que a crise económica ajuda a disseminar), mas antes resulta da aplicação de um conjunto de estratégias perfeitamente alcançáveis que visam assegurar o acesso de e para todos.

Metodologia

O trabalho que aqui se apresenta resulta do projeto de doutoramento concluído em 2015, intitulado “Longe da vista, perto da imaginação – análise de audioguias em museus portugueses”. Devido à sua natureza multidisciplinar, este tópico pode ser estudado a partir de diferentes abordagens teóricas, nomeadamente os Estudos de Tradução, os Estudos Museológicos e os Estudos da Deficiência. Em termos metodológicos, esta investigação envolveu uma vasta recolha documental ao nível da legislação nacional e internacional, devendo começar-se por mencionar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, um marco fundamental para a afirmação da igualdade de todos os seres humanos. Posteriormente, em 1993, surgem a Declaração e Programa de Ação de Viena e as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades das Pessoas com Deficiência e, em 1994, a Declaração de Salamanca do Direito à Educação que introduz o conceito de inclusão e de escola inclusiva. Ainda de mencionar a Constituição da República Portuguesa, em particular os seus artigos 13º, 71º e 73º, onde se encontra inscrita o direito à fruição e criação cultural, que exige simultaneamente a obrigatoriedade de providenciar as condições de acessibilidade para que efetivamente TODOS possam usufruir dessas manifestações culturais. Para além do referido, a metodologia de trabalho abrangeu igualmente a observação direta de boas práticas de acessibilidade em instituições de cariz cultural direcionadas para as pessoas com deficiência sensorial, isto é, pessoas surdas ou com incapacidade auditiva e pessoas cegas ou com baixa visão. Esta observação baseou-se na visita destas instituições em Portugal e na Europa, tais como a Fundação Serralves, o Museu Nacional Machado de Castro e o Criptopórtico, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, o Palácio da Pena, o Museu Calouste Gulbenkian ou o Museu Nacional do Azulejo, por um lado, e o Imperial War Museum, o British Museum e Tate Modern, em Londres, Van Gogh Museum, em Amsterdão, Musée du Louvre, em Paris, por outro.

Resultados e conclusões

A acessibilidade sensorial em contexto museológico, como microcosmo das instituições de natureza cultural, compreende a adequação das exposições, eventos e instalações às necessidades e requisitos das pessoas com deficiência/incapacidade visual ou auditiva e o fornecimento de uma diversidade de meios de mediação, tais como amplificadores de indução magnética, videoguias, audioguias, objetos para tocar, informação em Braille e em letra ampliada, materiais audiovisuais com legendagem ou interpretação em língua gestual. Enquanto a disponibilização de audioguias para as pessoas cegas ou com baixa visão e de videoguias para as pessoas surdas ou com incapacidade auditiva podem ser considerados como um investimento incomportável e injustificável no atual contexto de crise económica e de ausência de financiamento na área cultural, outras estratégias podem ser operacionalizadas com relativa facilidade, tais como a disponibilização de peças para tocar (quer diretamente, quer por meio de luvas), ou diagramas táteis, de réplicas e maquetas, de livros de sala com informação em letra ampliada, de lupas para observar as peças em maior detalhe ou a oferta de formação em Língua Gestual à equipa das instituições. Contudo, mesmo as opções mais onerosas podem ter uma aplicabilidade transversal, uma vez que os audioguias servem os propósitos de visitantes estrangeiros, imigrantes, crianças e famílias ou pessoas com menor experiência museológica e complementam de forma substancial a informação oferecida nas legendas das peças ou dos espaços, para além de se apresentarem como uma alternativa às visitas guiadas e aos seus diversos constrangimentos. Da mesma forma, os videoguias com legendagem para surdos surgem como uma alternativa ao audioguia. Apesar das vantagens enunciadas, somente um reduzido número de museus e instituições afins oferece audioguias em Portugal (i.e. 54 em aproximadamente 400 museus) e apenas 3 neste contexto disponibiliza videoguias.

De acordo com o “Council for Museums, Archives and Libraries” do Reino Unido (CMAL, 2001: 18), as práticas inclusivas em museus, ou noutras instituições, fornecem oportunidades para refletir sobre as práticas existentes, avaliar aquilo que é oferecido, planejar eficazmente, promover a justiça e equidades sociais, valorizar a diversidade e desenvolver o acesso de todos. Este organismo fornece três exemplos de como as práticas inclusivas acarretaram vantagens para grupos de visitantes inicialmente não previstos:

- (1) Ian Jerkins, conservador do British Museum, na preparação de “Second Sight of the Parthenon Frieze” (1998), destinado a incluir pessoas com deficiência visual, acabou por descobrir um elemento novo ao descontruir a composição para a produção de diagramas táteis e, por conseguinte, permitir ao público em geral compreender a complexidade deste friso;
- (2) O sistema de som introduzido pelo British Museum, em 1997, no sentido de apoiar as visitas às galerias e as visitas guiadas das pessoas com deficiência/incapacidade auditiva, revelou-se extremamente popular para a grande maioria dos visitantes;
- (3) O Smithsonian Institute produziu um breve guia redigido em inglês simples, profusamente ilustrado, direcionado para pessoas com dificuldades de aprendizagem, que se revelou extremamente popular com as famílias, visitantes adultos não especialistas e visitantes estrangeiros, para além do público pretendido.

Em conclusão, consideramos que o investimento em boas práticas de acessibilidade não produz efeito somente no âmbito das pessoas com deficiência, mas antes funciona como um barómetro da acessibilidade que pauta a postura da generalidade das instituições face à igualdade de oportunidades destes grupos, ao mesmo tempo que se apresenta como um barómetro do desenvolvimento.

Problema e questões de investigação/objetivos

A perceção de deficiência é social e historicamente construída e situada (Baynton, 2008; Oliveira, 2010: 27). Durante longos períodos da história, a deficiência foi encarada como um estado ou situação que mereceu ora benevolência e comisseração, ora temor teológico. As pessoas com deficiência estiveram até recentemente acometidas ao silêncio, sem “a possibilidade de serem seres humanos” (d’Amaral citado por Oliveira, 2010: 54), tendo sido designadas, classificadas e rotuladas de diversas formas, hoje inaceitáveis, e.g. aleijados, inválidos, incapacitados, defeituosos ou desvalidos. Segundo Sassaki (2005: 21), ser deficiente equivalia a ser um “peso morto” para a sociedade e um “fardo” para a família. Com o final da II Guerra Mundial, o modelo médico-clínico, que sucedeu ao modelo demonológico, assumiu o paradigma da integração, mantendo-se contudo subjacente o conceito da normalização. São as décadas de 80 e 90 do século XX que nos permitiram assumir um modelo holístico – o biopsicossocial e o paradigma da inclusão: a deficiência passa a ser vista como uma incapacidade, uma desvantagem social ou uma restrição de atividade causada pela organização social que não considera as pessoas com deficiência e as exclui da participação na sociedade. Este novo paradigma coloca exigências à sociedade: as pessoas com deficiência querem contribuir para a sociedade, no sentido de dar e não somente de receber. O nosso objeto de investigação são as pessoas com deficiência, particularmente com deficiência sensorial, sendo que o nosso objetivo se centra na identificação de boas práticas que consubstanciaram o paradigma da inclusão ao nível da fruição cultural, particularmente nos museus e outros espaços históricos. A partir de exemplos concretos, analisa-se o modo como a igualdade de oportunidades é operacionalizada e, em última instância, o acesso de todos e para todos pode ser alcançado.

O estudo de campo realizado permitiu definir a nossa amostra de 20 instituições que foi analisada com base em critérios institucionais, técnicos e macroestruturais. Esta análise passou, por exemplo, pela identificação das práticas de acessibilidade dirigidas para os diversos públicos com deficiência, com especial incidência naqueles com deficiência sensorial (ver figura 1). De forma a complementar esta investigação, desenvolveu-se também um estudo de corpus, constituído pelos textos dos audioguias disponibilizados. Destes foram selecionados um conjunto representativo de textos de orientação e textos para peças bidimensionais e tridimensionais que foram analisados em função de 18 critérios (ver figura 2).

Museu Calouste Gulbenkian			
Características	Características	Características	Características
1. Tipo de acesso	Sim	1. Tipo de organização e estrutura	paralela
2. Tipo de espaço	Paralela	2. Tipo de espaço	paralela
3. Tipo de espaço	Paralela	3. Tipo de espaço	paralela
4. Tipo de espaço	Paralela	4. Tipo de espaço	paralela
5. Tipo de espaço	Paralela	5. Tipo de espaço	paralela
6. Tipo de espaço	Paralela	6. Tipo de espaço	paralela
7. Tipo de espaço	Paralela	7. Tipo de espaço	paralela
8. Tipo de espaço	Paralela	8. Tipo de espaço	paralela
9. Tipo de espaço	Paralela	9. Tipo de espaço	paralela
10. Tipo de espaço	Paralela	10. Tipo de espaço	paralela
11. Tipo de espaço	Paralela	11. Tipo de espaço	paralela
12. Tipo de espaço	Paralela	12. Tipo de espaço	paralela
13. Tipo de espaço	Paralela	13. Tipo de espaço	paralela
14. Tipo de espaço	Paralela	14. Tipo de espaço	paralela
15. Tipo de espaço	Paralela	15. Tipo de espaço	paralela
16. Tipo de espaço	Paralela	16. Tipo de espaço	paralela
17. Tipo de espaço	Paralela	17. Tipo de espaço	paralela
18. Tipo de espaço	Paralela	18. Tipo de espaço	paralela

Figura 1. Análise das instituições: Museu Calouste Gulbenkian

Museu de Arte e História da Batalha		Museu Nacional "Alfonso X" (MNCOR/ONH)	
Características	Características	Características	Características
1. Tipo de acesso	Sim	1. Tipo de acesso	Sim
2. Tipo de espaço	Paralela	2. Tipo de espaço	Paralela
3. Tipo de espaço	Paralela	3. Tipo de espaço	Paralela
4. Tipo de espaço	Paralela	4. Tipo de espaço	Paralela
5. Tipo de espaço	Paralela	5. Tipo de espaço	Paralela
6. Tipo de espaço	Paralela	6. Tipo de espaço	Paralela
7. Tipo de espaço	Paralela	7. Tipo de espaço	Paralela
8. Tipo de espaço	Paralela	8. Tipo de espaço	Paralela
9. Tipo de espaço	Paralela	9. Tipo de espaço	Paralela
10. Tipo de espaço	Paralela	10. Tipo de espaço	Paralela
11. Tipo de espaço	Paralela	11. Tipo de espaço	Paralela
12. Tipo de espaço	Paralela	12. Tipo de espaço	Paralela
13. Tipo de espaço	Paralela	13. Tipo de espaço	Paralela
14. Tipo de espaço	Paralela	14. Tipo de espaço	Paralela
15. Tipo de espaço	Paralela	15. Tipo de espaço	Paralela
16. Tipo de espaço	Paralela	16. Tipo de espaço	Paralela
17. Tipo de espaço	Paralela	17. Tipo de espaço	Paralela
18. Tipo de espaço	Paralela	18. Tipo de espaço	Paralela

Figura 2. Análise textual: peça do Museu da Batalha

Referências Bibliográficas

Baynton, Douglas C. (2008). Disability in History. *Disability Studies Quarterly*, 28: 3. URL: <http://dsqds.org/article/view/108/108>

Council for Museums, Archives and Libraries do Reino Unido. (2001). *Disability Directory for Museums and Galleries*. Londres: The Council for Museums, Archives and Libraries.

Martins, Cláudia. (2015). *Longe da vista, perto da imaginação – análise de audioguias em museus portugueses*. Tese de doutoramento não publicada. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Oliveira, Lília Candella de. (2010). *Visibilidade e Participação Política – Um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói*. (Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil). URL: http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&artqtese=0812002_10_Indice.html

Sassaki, Kazumi Romeu. (2005). Inclusão: o paradigma do século 21. *Inclusão – Revista de Educação Especial*, 19-23. URL: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>